



A Santa Sé

PAPA BENTO XVI

AUDIÊNCIA GERAL

Praça de São Pedro

Quarta-feira, 19 de Novembro de 2008

São Paulo (13)

A doutrina da justificação - Das obras à fé

Queridos irmãos e irmãs!

No caminho que estamos a percorrer sob a guia de São Paulo, desejamos agora reflectir sobre um tema que está no centro das controvérsias do século da Reforma: a questão da justificação. Como se torna justo o homem aos olhos de Deus? Quando Paulo encontrou o ressuscitado no caminho de Damasco era um homem realizado: irrepreensível em relação à justiça que provém da Lei (cf. *Fl 3, 6*), superava muitos dos seus coetâneos na observância das prescrições mosaicas e era zeloso na defesa das tradições dos padres (cf. *Gl 1, 14*). A iluminação de Damasco mudou radicalmente a sua existência: começou a considerar todos os méritos, adquiridos numa carreira religiosa integérrima, como "esterco" face à sublimidade do conhecimento de Jesus Cristo (cf. *Fl 3, 8*). A *Carta aos Filipenses* oferece-nos um testemunho comovedor da passagem de Paulo de uma justiça fundada na Lei e adquirida com a observância das obras prescritas, para uma justiça baseada na fé em Cristo: ele tinha compreendido que tudo o que lucrado até então na realidade era, perante Deus, uma perda e por isso decidiu apostar toda a sua existência em Jesus Cristo (cf. *Fl 3, 7*). O tesouro escondido no campo e a pérola preciosa em cuja aquisição investir tudo o resto já não eram as obras da Lei, mas Jesus Cristo, o seu Senhor.

A relação entre Paulo e o Ressuscitado tornou-se tão profunda que o induziu a afirmar que Cristo não era apenas a sua vida mas o seu viver, a ponto que para o poder alcançar até morrer era um

lucro (cf. *Fl 1*, 21). E não desprezava a vida, mas tinha compreendido que para ele o viver já não tinha outra finalidade e não sentia outro desejo a não ser o de alcançar Cristo, como numa competição atlética, para permanecer sempre com Ele: o Ressuscitado tinha-se tornado o início e o fim da sua existência, o motivo e a meta da sua corrida. Só a preocupação pela maturação na fé dos que tinha evangelizado e a solicitude por todas as Igrejas por ele fundadas (cf. *2 Cor 11*, 28), o levavam a abrandar a corrida para o seu único Senhor, para aguardar os discípulos a fim de que pudessem, com ele, correr para a meta. Se na precedente observância da Lei nada tinha para se reprovar sob o ponto de vista da integridade moral, uma vez alcançado por Cristo preferia não pronunciar juízos sobre si mesmo (cf. *1 Cor 4*, 3-4), mas limitava-se a predispor-se a correr para conquistar Aquele pelo qual tinha sido conquistado (cf. *Fl 3*, 12).

É precisamente por esta experiência pessoal da relação com Jesus Cristo que Paulo põe precisamente no centro do seu Evangelho uma irreduzível oposição entre dois percursos alternativos rumo à justiça: um construído sobre as obras da Lei, o outro fundado na graça da fé em Cristo. A alternativa entre a justiça para as obras da Lei e a justiça pela fé em Cristo torna-se assim um dos motivos dominantes que atravessam as suas Cartas: "Nós somos judeus de nascimento e não pecadores da gentildade; sabendo, entretanto, que o homem não se justifica pelas obras da Lei, mas pela fé em Jesus Cristo, nós também cremos em Cristo Jesus para sermos justificados pela fé em Cristo e não pelas obras da Lei, porque pelas obras da Lei *ninguém é justificado*" (*Gl 2*, 15-16). E aos cristãos de Roma recorda que "todos pecaram e todos estão privados da glória de Deus, e são justificados gratuitamente, por sua graça, em virtude da redenção realizada em Cristo Jesus" (*Rm 3*, 23-24). E acrescenta: "Nós sustentamos que o homem é justificado pela fé, sem as obras da Lei" (*Ibid.*, v. 28). Sobre este ponto, Lutero traduziu: "Justificado unicamente pela fé". Voltarei a este aspecto no final da catequese. Primeiro devemos esclarecer o que significa esta "Lei" da qual somos libertados e o que são aquelas "obras da Lei" que não justificam. Já na comunidade de Corinto existia a opinião que depois voltaria sistematicamente à história; a opinião consistia em considerar que se tratasse da lei moral e que a liberdade cristã fosse portanto a libertação da ética. Assim em Corinto circulava a palavra "*πάντα μοι ἔξεστιν*" (tudo me é lícito). É obvio que esta interpretação é errada: a liberdade cristã não é libertinagem, a libertação da qual fala São Paulo não é libertação de praticar o bem.

Mas o que significa então a Lei da qual somos libertados e que não salva? Para São Paulo, como para todos os seus contemporâneos, a palavra Lei significava a Torah na sua totalidade, ou seja, os cinco livros de Moisés. A Torah implicava, na interpretação farisaica, a que era estudada e tornada própria por Paulo, um conjunto de comportamentos que ia do núcleo ético até às observâncias rituais e cultuais que determinavam substancialmente a identidade do homem justo. Particularmente a circuncisão, as observâncias acerca do alimento puro e geralmente a pureza ritual, as regras sobre a observância do sábado, etc. Comportamentos que, com frequência, aparecem também nos debates entre Jesus e os seus contemporâneos. Todas estas observâncias que expressam uma identidade social, cultural e religiosa tinham-se tornado singularmente importantes no tempo da cultura helenista, começando pelo século III a.C. Esta

cultura, que se tinha tornado a cultura universal de então, e era uma cultura aparentemente racional, uma cultura politeísta, aparentemente tolerante, constituía uma forte pressão rumo à uniformidade cultural e ameaçava assim a identidade de Israel, que era politicamente obrigado a entrar nesta identidade comum da cultura helenista com a consequente perda da própria identidade, perda portanto também da preciosa herança da fé dos Padres, da fé no único Deus e nas promessas de Deus.

Contra esta pressão cultural, que ameaçava não só a identidade israelita, mas também a fé no único Deus e nas suas promessas, era necessário criar um muro de distinção, um escudo de defesa em protecção da preciosa herança da fé; tal muro consistia precisamente nas observâncias e prescrições judaicas. Paulo, que tinha aprendido tais observâncias precisamente na sua função defensiva do dom de Deus, da herança da fé num único Deus, viu esta identidade ameaçada pela liberdade dos cristãos: perseguia-os por isto. No momento do seu encontro com o Ressuscitado, compreendeu que com a ressurreição de Cristo a situação tinha mudado radicalmente. Com Cristo, o Deus de Israel, o único Deus verdadeiro, tornava-se o Deus de todos os povos. O muro assim diz na *Carta aos Efésios* entre Israel e os pagãos, não era mais necessário: é Cristo que nos protege do politeísmo e todos os seus desvios; é Cristo que nos une *com e no* único Deus; é Cristo que garante a nossa verdadeira identidade na diversidade das culturas. O muro já não é necessário, a nossa identidade comum na diversidade das culturas é Cristo, e é Ele quem nos torna justos. Ser justo significa simplesmente estar com Cristo e em Cristo. E isto é suficiente. Não são mais necessárias outras observâncias. Por isso, a expressão "*sola fide*" de Lutero é verdadeira, se não se opõe a fé à caridade, ao amor. A fé é olhar Cristo, confiar-se a Cristo, apegar-se a Cristo, conformar-se com Cristo e com a sua vida. E a forma, a vida de Cristo, é o amor; portanto, acreditar é conformar-se com Cristo e entrar no seu amor. Por isso, São Paulo na *Carta aos Gálatas*, sobretudo na qual desenvolveu a sua doutrina sobre a justificação, fala da fé que age por meio da caridade (cf. *Gl 5, 14*).

Paulo sabe que no duplice amor a Deus e ao próximo está presente e é completada toda a Lei. Assim, na comunhão com Cristo, na fé que cria a caridade, toda a Lei é realizada. Tornamo-nos justos, entrando em comunhão com Cristo, que é amor. Veremos a mesma coisa no Evangelho do próximo domingo, solenidade de Cristo-Rei. É o Evangelho do juiz, cujo único critério é o amor. O que Ele exige é só isto: Tu visitaste-me quando estava doente? Quando estava na prisão? Tu deste-me de comer quando eu tinha fome, tu vestiste-me quando eu estava nu? E assim a justiça decide-se na caridade. Assim, no final deste Evangelho podemos quase dizer: só amor, só caridade. Mas não há contradição entre este Evangelho e São Paulo. É a mesma visão, segundo a qual a comunhão com Cristo, a fé em Cristo, cria a caridade. E a caridade é realização da comunhão com Cristo. Assim, somos justos permanecendo unidos a Ele, e de nenhum outro modo.

No final, só podemos rezar ao Senhor que nos ajude a crer. Crer realmente; assim, acreditar torna-se vida, unidade com Cristo, transformação da nossa vida. E assim, transformados pelo seu

amor, pelo amor a Deus e ao próximo, podemos ser realmente justos aos olhos de Deus.

Saudação

Amados peregrinos de língua portuguesa, uma fraterna saudação de boas-vindas a todos. Antes de vós, muitas gerações de romeiros vieram ajoelhar-se junto dos túmulos de São Pedro e São Paulo, à procura daquela razão de viver tão forte e segura que levou os Apóstolos a darem a sua vida por Cristo. Espero que a encontreis... Sobre vós e vossos entes queridos, desça a minha Bênção.

© Copyright 2008 - Libreria Editrice Vaticana

©Copyright - Libreria Editrice Vaticana